

Pajés querem combater a biopirataria

Curandeiros se reúnem em Brasília para discutir formas de preservar conhecimentos tradicionais da medicina praticada nas tribos

Beth Veloso
Da equipe do Correio

Os tubos de ensaio de Illinois, nos Estados Unidos, armazenam uma substância que fará a morfina, o mais poderoso analgésico da medicina moderna, se parecer com uma aspirina. É lá que os laboratórios Abbott estão finalizando um novo composto duzentas vezes mais forte que a morfina e sem efeitos colaterais, a ser lançado em breve. Mas a descoberta revolucionária, já batizada com o ABT-694, não é nenhuma novidade para os índios do Acre.

O analgésico nada mais é do que a manipulação de um muco que sai da pele do sapo *Epipadobates tricolor*, um velho habitante da Amazônia. Suas propriedades são apenas um item do acervo de conhecimento da cultura indígena que inclui o uso medicinal de mais de 30 mil plantas, raízes e animais, guardados na memória dos "médicos" das tribos, os pajés. Conhecimentos tradicionais devassados por pesquisadores e transformados em milhões de dólares por poderosos grupos do setor químico-farmacêutico.

A biopirataria será o tema central do 1º Encontro Nacional de Pajés, que se realiza a partir de hoje, em Brasília. Cerca de 40 pajés de todo o Brasil se reunirão a portas fechadas na Fundação Cidade da Paz, para discutir como preservar esses conhecimentos. No sábado, os índios divulgarão uma carta de princípios

pedindo proteção ao conhecimento da biogenética.

APROPRIAÇÃO

Desde que o Brasil foi descoberto, a apropriação do patrimônio natural da fauna e da flora brasileira, a mais rica do mundo, cresce a olhos vistos. Pesquisadores se mascaram de simpatizantes das causas indígenas para conseguir autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e entrar nas tribos, saqueando suas receitas de vida. Nos últimos 10 anos, 600 pesquisadores e cerca de 162 missões conseguiram o passaporte, mas muitos desses processos eram uma farsa.

Como toda pirataria, o grosso do contrabando é feito às escondidas. O próprio presidente da Funai, Sullivan Silvestre, estima que o número de brancos nas reservas indígenas seja 30% a 40% maior do que o oficial. "Se leva vinte anos para industrializar e comercializar um novo remédio e gasta-se mais de 100 milhões de dólares. Com o conhecimento dos índios, é possível fazer isso em três anos e economizar uma fortuna", avalia.

O único documento que protege o conhecimento tradicional é a *Convenção da Biodiversidade*, assinada por 152 países durante a Conferência Eco-92, no Rio. Mas a regulamentação depende da aprovação do projeto da senadora Marina Silva (PT), que restringe o acesso aos recursos biológicos e seus derivados, sem previsão para ser votado.